3. Globalização neoliberal como forma dominante

Como já dissemos anteriormente, adotamos neste trabalho uma noção de globalização, não resumida aos seus aspectos econômico-financeiros. Mas feita essa ressalva, podemos afirmar com base em Desmarais (2003) e nas inúmeras declarações de lideranças da Via Campesina consultadas ao longo desta pesquisa¹, que a globalização econômica foi a principal motivação à formação desta Rede Transnacional de Movimentos Sociais. Segundo estas colocações, a “globalização” implicou em mudanças, que geraram problemas comuns ao conjunto de camponeses do mundo todo, levando-os a superarem as suas diferenças, em pró da constituição de uma rede de movimentos sociais que representasse a voz camponesa junto ao sistema internacional (Desmarais, 2003a).

O conceito de Globalização, como aplicado nesta frase, está equacionado a neoliberalismo. Consideramos de suma importância frisar nesta dissertação que globalização é um processo, enquanto que o neoliberalismo é uma escolha política (Scholte 2003, 2004, 2005). Como colocado por Scholte (2004), muitos cometem o erro de confundir globalização com “economia de livre mercado”, no entanto as políticas neoliberais que prescrevem liberalização, privatização e desregulação – diferentemente do que os seus mais ferrenhos defensores querem fazer parecer – representam apenas um dos direcionamentos políticos que pode tomar a globalização, não o único. Mas dito isso, é fato que o neoliberalismo tem sido a doutrina dominante na globalização econômica até o presente momento, o que nos leva a querer entender *o que é, quais as forças* que a geraram e a sustentam e *como* o neoliberalismo impôs-se mundialmente a ponto de ser naturalizado e percebido como sinônimo mesmo de globalização (Scholte 2002, 2005). Buscamos estas respostas em Scholte (2002, 2005), Harvey (2004, 2005), Ruppert (2000), Held e McGrew (1999; 2001).

¹ Estas entrevistas e declarações constam da bibliografia consultada.

Embora tenham explicações diferentes para a globalização neoliberal, estes autores convergem em alguns pontos com os quais também concordamos. Todos os quatro autores percebem a globalização neoliberal atrelada a um projeto político, naturalizado para parecer a única opção política possível, mas que, na verdade, esteve e ainda está a serviço dos interesses de uma determinada constelação de forças dominantes. Buscamos o apoio destes autores para tentar explicar por que a globalização neoliberal pode ter levado à formação da Via Campesina e qual é a vinculação deste processo com duas de suas principais demandas, a “OMC fora da agricultura” e o fortalecimento da FAO e de todo o sistema ONU.

A partir da leitura de Scholte (2002), sabemos que o neoliberalismo apóia-se em duas premissas: o economicismo e o mercado, e em três políticas principais: a liberalização, a privatização e a desregulação. Complementando esta colocação, Harvey (2005) afirma que o neoliberalismo pode ser compreendido tanto como um projeto político quanto como uma ideologia.

Somando as considerações destes autores às dos outros por nós selecionados, pudemos apreender diversos aspectos da ideologia neoliberal. O primeiro é que esta tem como valores fundamentais, o Individualismo e a liberdade individual, em contraposição aos valores sociais que vigoraram no *embedded liberalism*. A Economia passou a ser supervalorizada em relação às outras ciências sociais, sob o argumento de que esta seria uma ciência neutra, técnica e apolítica e, portanto, adequada à definição de políticas públicas. Um outro aspecto que se soma, é o fato do consumismo e do livre mercado serem *vendidos* como estratégias de geração de riqueza para os países e suas sociedades.

Constatamos que, de acordo com o neoliberalismo, o desenvolvimento econômico tem primazia sobre o desenvolvimento social. O combate à inflação, a liberalização e a privatização devem ser as metas prioritárias dos Estados, de forma que a ciência econômica passou a ditar as regras e a prescrever as soluções em níveis doméstico e internacional.

Para o plano doméstico, as regras prescritas envolvem a liberalização e desregulamentação da economia, os cortes nos impostos e no orçamento público, as privatizações e o mercantilismo de serviços e recursos públicos. No plano das relações internacionais, as prescrições visam à extinção das barreiras comerciais e o fim do protecionismo, tendo como meta a liberalização total da economia, com

base na assertiva de que o livre comércio seria uma forma de geração de riquezas para todas as nações, com base na velha doutrina das vantagens comparativas de Hume e Ricardo (Ruppert, 2000).

Os autores com os quais trabalhamos também concordam que a globalização neoliberal não foi – ou não é – um processo homogêneo, mas apontam semelhanças em tendências e resultados, tais como: a diminuição do poder do estado, a redução de políticas públicas sociais, as privatizações (Harvey, 2005; Scholte, 2005), a formação de oligopólios e a concentração de renda e recursos produtivos nas mãos de cada vez menos atores (Harvey 2005; Held e McGrew, 1999, 2001).

Quais são as forças que geraram e sustentaram a globalização neoliberal? Buscamos esta resposta em Scholte (2002) que tem uma explicação multifacetada para a globalização neoliberal, afirmando que a sua primazia está relacionada a mudanças nas esferas da governança, conhecimento, produção e redes sociais.

Como já visto no capítulo 2 desta dissertação, a supraterritorialidade é a marca distintiva da globalização e, neste novo contexto, a governança exclusivamente estatal tornou-se inviável, passando a ser compartilhada por diversos *loci*: estados nacionais, agências supra-estatais, corpos sub-nacionais e mecanismos regulatórios privados.

De acordo com Scholte (2002), a mudança do estatismo para o policentrismo promoveu o neoliberalismo de quatro formas mais gerais. Em primeiro lugar, estimulou a retração da economia de estado, tanto na versão socialista, quanto na do bem-estar-social; porque o declínio do poder de influência do estado – coagido pela necessidade de ser competitivo para atrair investimentos privados, tanto na área produtiva quanto financeira – levou à redução do envolvimento do setor público na economia. Nesta situação, os estados fracos ficaram em uma situação de fragilidade ainda maior do que anteriormente.

No caso específico da governança da economia global, a existência de espaços supraterritoriais (visíveis nos fluxos transfronteiriços de produção, comércio, dinheiro, investimentos financeiros e serviços, que não são mais controláveis pelos estados, isoladamente) gerou necessidade de criação instrumentos de regulação supra-estatal e a demanda pela criação de instituições supraestatais, que garantam um mínimo de regulação regional e transmundial e um mínimo de padrão técnico entre os estados. Com o tempo, os regimes

multilaterais expandiram o escopo e a escala de suas atividades – vide o GATT, que evoluiu para a OMC – tornando-se importantes centros de governança e de expansão do neoliberalismo.

Este novo contexto favoreceu os Estados Unidos e a União Européia, que detém papel chave de liderança nas instituições econômicas multilaterais, fragilizando os estados fracos, mais vulneráveis à pressão exercida por estas instituições. Como exemplo, podemos citar o FMI e o Banco Mundial que, com o poder que lhes conferem os seus instrumentos de sanção, exercem um papel chave no “convencimento” de governos relutantes a adotarem as políticas neoliberais.

Outro fator relevante é o perfil não democrático destas instituições (neste caso não estamos referindo-nos apenas ao grau de interação com a sociedade civil, que varia de instituição para instituição), pelo fato de estarem praticamente insuladas da influência de parlamentares eleitos democraticamente, já que estas instituições interagem, basicamente, com os ministros da fazenda e comércio e com os presidentes dos Bancos Centrais (que, pela ideologia neoliberal, deve ser uma instituição independente do governo). Estes fatores são responsáveis por estas instituições estarem ainda menos sujeitas à necessidade de negociação.

Esta nova realidade abriu espaço, também, para a criação de um aparato de atividades reguladoras privadas – alinhadas com o interesse de grandes empresas privadas. Como exemplo de mecanismos regulatórios privados, podemos citar o *Derivatives Policy Group* (DPG), o *Forestry Stewardship Council* (FSC) e a *International Organisation for Standardisation* (ISO). Alguns mecanismos oficiais são o *Codex Alimentarius Commission* – na área alimentar – e a União Internacional de Telecomunicação (ITU), que tiveram uma influência considerável de indústrias privadas e, não por acaso, são regimes que facilitaram a regulação, beneficiando o mercado.

Por último, a mudança de uma governança estatal para uma governança policêntrica teria beneficiado a implantação do neoliberalismo porque tornou a resistência social mais difusa, por falta de um centro único ao qual se possa direcionar a oposição. Em consequência, os movimentos sociais alter-globalização direcionaram o foco em certos atores chaves, como a OMC, e em alguns eventos importantes, como os encontros do G8, mas, negligenciando o caráter sistêmico do neoliberalismo (Scholte, 2002; Harvey, 2005).

Na esfera da produção, Scholte explica que o advento do capitalismo supranacional exerceu forte estímulo à globalização neoliberal, devido ao fato dos agentes do capitalismo: os grandes investidores e as empresas transnacionais (os principais interessados na política de livre mercado) terem aumentado o seu poder, relativamente aos estados e à classe trabalhadora. A desterritorialização e a simultaneidade, refletidas na flexibilidade da produção, no comércio intra-firmas e na facilidade e agilidade do fluxo de dinheiro e investimentos financeiro, enfraqueceram tanto os estados quanto a classe trabalhadora, fator que também contribuiu para a primazia do neoliberalismo.

O crescimento de espaços globais aumentou a flexibilidade de grandes transnacionais, que se tornaram, até certo ponto, desterritorializadas e na busca de vantagens comparativas entre os países, criaram uma situação de competição entre os estados, que favoreceu a desregulação do setor produtivo, a diminuição dos direitos sociais dos trabalhadores e a conseqüente flexibilização do emprego. Por estas mesmas razões, a classe trabalhadora perdeu poder de barganha junto às empresas, sujeitando-se a esta nova realidade.

Em contrapartida, a globalização neoliberal também favoreceu o crescimento do capitalismo. Com o surgimento de espaços supraterritoriais criou-se mercados de consumo globais, o que abriu oportunidades de venda em volumes maiores e a um público muito mais amplo. Assim como em relação ao consumo, a onda de privatizações que se seguiu ao neoliberalismo, também, criou novas oportunidades para o capitalismo; as empresas privadas transnacionais tiveram a chance de adquirir muitas empresas públicas – principalmente bancos e telefonia que passaram a ter status privado ou semi-privado. Soma-se ainda, o desenvolvimento de novas tecnologias, como a informática, a telefonia celular e a biogenética, que criaram novas *commodities*, gerando novas formas de acumulação e comércio.

Outro exemplo de como a Globalização Neoliberal beneficiou o capitalismo seria a possibilidade e estímulo à criação de *offshore centers* (um território dentro de um determinado país, no qual as empresas aí instaladas ficam isentas de regulamentação fiscal). Tendo como intenção, atrair investimentos externos, os países são impelidos à sua criação, já que, por disporem de um grau de privatização e desregulação maior do que as *onshore locations*, são destinos mais atraentes para o capital.

A Internet também abriu a possibilidade de criação de *offshore centers* eminentemente supraterritoriais, através do comércio eletrônico, de jogos de azar *on line* e da prestação de serviços à distância. Como, por exemplo, a instalação de *call centers* em países que disponham de mão de obra mais barata, do que o país no qual o serviço em questão é prestado.

Todo este contexto estimulou a oposição de movimentos sociais a certas corporações transnacionais, inclusive na forma de boicote ao consumo de produtos de empresas acusadas de agressão ao meio-ambiente, exploração de mão de obra ou desrespeito aos direitos humanos e às leis trabalhistas; dentre estas, um exemplo emblemático é a Nike (Klein, 2002). A pressão social sobre as empresas estimulou-as a desenvolverem códigos voluntários de auto-conduta, criados em nome da responsabilidade social e do meio-ambiente que, além de melhorarem sua imagem frente ao consumidor, terminam sendo uma forma de reduzir o controle público (Scholte, 2002).

Na esfera do conhecimento, o advento do neoliberalismo está imbricado na estrutura maior do racionalismo moderno e intimamente relacionado à primazia da ciência econômica sobre as outras ciências sociais. Scholte (2002) coloca que, apesar da tendência à naturalização do racionalismo pelos que nele foram socializados, devemos estar conscientes que esta forma de conhecimento está relacionada a um momento histórico – o da modernidade – no qual o mundo passou a ser concebido em termos secularistas, antropocêntricos, científicos e instrumentais. Estas formam as bases da globalização, sustentada na governança burocrática e na produção capitalista e na idéia do planeta terra como um só mundo e na humanidade como uma única raça.

Já dentro deste contexto, surgiu a ciência econômica no final do século XIX, em um movimento no qual as ciências sociais foram separadas em diferentes disciplinas, o que abriu espaço para a concepção das relações sociais de forma segmentada e não mais como um todo. A globalização (final do século XX) foi o ambiente favorável à supervalorização da ciência econômica, a qual defende *cientificamente* o valor instrumental da produção de base, da troca, do consumo, da propriedade privada e das forças do mercado.

No final do século XX, centros de estudo da Economia – com viés neoliberal – passaram a receber mais incentivos do que qualquer outra área da ciência social. Fator que contribuiu para a criação de um corpo amplo e

disseminado de produtores de conhecimento, composto por centros acadêmicos, *think tanks* políticos, consultores e executivos, apoiados pela mídia na tarefa de “informar” e “educar” o público sobre as alegadas vantagens da globalização neoliberal.

Scholte (2002) identifica o surgimento de uma classe gerencial global composta por diferentes redes sociais formadas por produtores de conhecimento, círculos de governança e altos executivos do capitalismo que, interagindo entre si, contribuem para a disseminação e fortalecimento do neoliberalismo.

Dessa rede de produtores de conhecimento fazem parte, acadêmicos e centros de produção de conhecimento do mundo todo, identificados com a ideologia neoliberal e que mantêm laços estreitos e comunicação constante, tanto virtual – através da Internet – como presencialmente, encontrando-se em fóruns e conferências especializadas, formando uma verdadeira comunidade epistêmica transmundial.

As redes de negócios são formadas pelas classes gerenciais das áreas de comércio, finanças, indústrias e agricultura, as quais mantêm contatos constantes por meio das operações cotidianas, trocando informações e formulando políticas em encontros de negócios e associações. Algumas destas associações são de antes da globalização, como a *International Federation of Agricultural Producers* (IFAP), formada por grandes fazendeiros e a Câmara Internacional do Comércio (CCI); enquanto uma grande parte foi criada em função da globalização, como o Comitê de Bretton Woods e o Fórum Econômico Mundial (WEF).

As redes oficiais apresentam uma particularidade com relação à fase anterior à globalização: o fato de as negociações comerciais e financeiras nacionais, que antes eram da competência de diplomatas, estarem hoje a cargo dos ministros do comércio e da Fazenda e dos presidentes dos Bancos Centrais. Estes oficiais, de diferentes países, encontram-se, negociam e discutem políticas, em fóruns multilaterais, como a OMC, formando um verdadeiro círculo de governança e mantendo um contato mais estreito entre si, do que com os outros ministérios dos seus respectivos governos. Este insulamento, diz Scholte (2002) é mais um fator que favorece a formação do consenso em relação à política neoliberal.

Por fim, este autor identifica uma rede de conexão, entre estas redes, interligando os círculos corporativos, oficiais e intelectuais, na já mencionada classe gerencial global, que se mantêm relativamente afastada “do mundo real”,

freqüentando os mesmos ambientes sociais, as mesmas escolas e universidades e encontrando-se em eventos oficiais e oportunidades informais; negociando entre si, os destinos da economia global.

Além das mudanças nas esferas da governança, conhecimento, produção e redes sociais, Scholte (2002) identifica duas outras forças – o fim pacífico da guerra-fria e a dominância mundial da cultura de consumo – que, apesar de secundárias, também teriam contribuído para a primazia do neoliberalismo.

Consideramos importante acrescentar também as contribuições de Harvey (2005) e Ruppert (2000), dois autores marxistas que nos auxiliam na compreensão da Via Campesina.

Estes autores afirmam que a globalização neoliberal é um projeto político, sustentado em um forte aparato ideológico e intrinsecamente relacionado ao capitalismo e aos interesses das classes dominantes. Ruppert percebe a globalização neoliberal como o projeto político “de um bloco histórico transnacional”, sendo este conjunto formado por: “frações particulares da classe capitalista, de administradores de estado e burocratas internacionais, jornalistas e líderes trabalhistas ligados à situação” (2000, p.43), o que não é muito diferente de Harvey, que considera que “a guinada neoliberal está de certa forma e em certo grau associada à restauração ou à reconstrução do poder das elites econômicas” (2005, p.19).

Estes aspectos parecem-nos importantes porque, a partir de Desmarais (2003) e Edelman (1998), fomos levados a saber que os movimentos camponeses contemporâneos – dentre os quais incluímos a Via Campesina – identificar-se-iam tanto com os “antigos movimentos sociais de classe”, pela base material e pelo interesse em gerar mudanças nas políticas individuais dos estados, quanto com os “novos movimentos sociais” por incorporarem seu foco na identidade e nas especificidades culturais² (Edelman, 1998, p.50).

A partir de uma perspectiva marxista, Harvey (2005) afirma que o neoliberalismo teria surgido como uma das repostas possíveis à crise mundial de acumulação de capital da década de 1970. E apesar de, à época, a esquerda ter estado em ascensão tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, o neoliberalismo teria saído vitorioso porque a crise teria levado as elites a tentar recuperar o

² Esta questão está desenvolvida no capítulo 4, relativo à Via Campesina.

mesmo nível de poder econômico de antes da fase do liberalismo incorporado (*embedded liberalism*). O qual vigorou, do pós-guerra até a década de 1960, apoiado em um compromisso social entre capital e trabalho e caracterizado por uma divisão mais igualitária da renda entre os diferentes estratos sociais. Um segundo aspecto contributivo para a vitória do neoliberalismo teria sido a incapacidade dos governos de esquerda de lidarem com a crise, caracterizada pela estagnação econômica, inflação ascendente, emprego em queda e pela crise do petróleo de 1973 (Harvey, 2005).

O autor mostra como a desregulamentação dos setores de telecomunicação, aéreo e financeiro; e as privatizações de bens e serviços públicos como: saúde, educação, pesquisas científicas, seguridade social, bancos e empresas estratégicas, como as do setor petrolífero, abriram oportunidades sem precedentes para o grande poder corporativo.

Ruppert apóia muito de sua análise em Held e McGrew (1999), os quais afirmam que, na globalização neoliberal, a organização do setor produtivo e dos negócios passou por profundas transformações. Assim como Scholte (2001), estes autores alegam que, apesar da territorialidade manter-se importante na hierarquia do poder global, o poder é hoje um conceito relativo até para as grandes potências, vide o poder adquirido por certos atores sociais, como determinadas empresas transnacionais. A densa rede de relações comerciais que emergiu na época do padrão ouro teria sido fruto de acordos bilaterais entre estados, diferentemente de hoje, quando a infra-estrutura dos mercados globais de bens e serviços teria sido criada por firmas comerciais. A produção teria passado por profundas transformações, sendo fatiada pelos países, de acordo com as vantagens comparativas, inaugurando um comércio intrafirmas que levou ao crescimento das exportações de manufaturados a partir de países como Hong-Kong, Singapura, Coréia do Sul e Taiwan, os quais, até aquele momento, não estavam, de fato, incorporados à economia mundial.

Com relação às políticas monetárias, dentro da lógica neoliberal, os países passaram a ter suas escolhas reduzidas a câmbios flutuantes ou à união monetária. Além das inovações financeiras e do livre fluxo de capitais, os quais teriam enfraquecido o controle das autoridades nacionais sobre os agregados financeiros e a sua relação direta com as taxas de inflação (Held e McGrew, 1999). Os autores mostram como os mercados, por si só, não regulam a economia em equilíbrio, o

que pode levar à inflação, contrariando a crença propagada pelo neoliberalismo. A globalização financeira teria tornado o câmbio fixo insustentável, em longo prazo, criando uma situação que estimula o ataque especulativo. Este fator eleva os custos de manutenção da paridade a níveis intoleráveis, tendo como resultado final, a desvalorização e a expansão da oferta de dinheiro, o que vai gerar inflação, no país em questão.

As mudanças na natureza da governança global da agricultura, características da globalização neoliberal, são apontadas por Desmarais (2003a), Edelman (2003) e ativistas da Via Campesina, como o principal estímulo à transnacionalização de movimentos sociais camponeses.

A globalização neoliberal é caracterizada por uma nova realidade institucional, na qual, as regras e regimes relacionados à agricultura passam a serem definidos, internacionalmente, pelas agências econômicas multilaterais – principalmente a OMC – que, com seu poder de sanção, constroem os estados à harmonização das políticas nesta área. Entendemos que a globalização neoliberal criou uma problemática comum ao conjunto de camponeses e pequenos agricultores do mundo, incentivando-os a unir-se em uma rede transnacional de movimentos sociais – a Via Campesina – na crença de que esta seria a forma de combater problemas criados em nível sobre-estatal.

A interferência cada vez maior das organizações econômicas multilaterais na vida das pessoas ajuda a compreender a oposição da Via Campesina, assim como a crescente onda de protestos contra as instituições e os mecanismos de governança global da economia. É consenso entre os autores com os quais estamos trabalhando, que as organizações econômicas multilaterais, o FMI, o Banco Mundial e a OMC, exercem um papel preponderante na governança da economia global, atuando em pró da globalização neoliberal. Como colocado por Scholte (2002) e O'Brien; Goetz, *et al* (2002), em função de uma transformação na estrutura da economia global, as organizações econômicas multilaterais interferem de uma maneira cada vez mais incisiva nas áreas financeiras e produtivas dos países, gerando um impacto muito forte na vida das pessoas.

A influência destas organizações é incomparavelmente maior que outras organizações públicas, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a FAO e a UNCTAD: enquanto a OMC, o FMI e o Banco Mundial dispõem de

mecanismos de sanção, as outras não têm poder coercitivo e apóiam-se em argumentos e na dissuasão moral.

O FMI e o Banco Mundial mudaram ao longo das décadas de 1980 e 1990, passando a ter um papel preponderante no projeto neoliberal global. Ruppert (2000) destaca como o Banco Mundial e a OMC operam em conjunto para pressionar os estados a adotarem medidas que levem à liberalização, ou à adoção de políticas consideradas corretas, como educação e medidas de combate à discriminação, que contribuem para aumentar as vantagens comparativas dos estados. Antes de sua fase neoliberal, o Banco Mundial tinha como principal objetivo financiar projetos que ajudassem os países a atingir níveis básicos de desenvolvimento social. Já na sua fase neoliberal, este direcionamento mudou e o Banco Mundial passou a estar mais preocupado em financiar projetos voltados para aumentar a vantagem comparativa dos estados (Harvey 2005).

Ao falar do Banco Mundial, Stiglitz (2002) confessa que, durante a sua gestão à frente desta instituição, foram tomadas muitas decisões que, embora não resolvessem o problema em questão, eram convenientes aos interesses ou às convicções daqueles que ocupavam posições de poder. O autor classifica o processo de elaboração de políticas no FMI de antidemocrático, colocando que nesta instituição: “as discussões abertas e sinceras eram desencorajadas” (p.16) o que “mal acobertava interesses específicos”. Admitindo que os países necessitados da ajuda do FMI eram levados a seguir uma política prescrita por uma ideologia única, sem direito à contestação e que “deixaram de permitir intervenções[...]no mercado por parte dos governos,[...]que poderiam orientar o crescimento econômico e beneficiar *todos*”³ (p.14), e que as soluções prescritas, pelo FMI para as crises⁴ econômicas mundiais, foram políticas padronizadas, antiquadas e inadequadas, que desconsideraram os efeitos deletérios que poderiam causar aos países. Stiglitz reconhece que, quando as políticas de reajuste estrutural do Fundo deram *bons resultados* gerando algum tipo de desenvolvimento, este resultado foi favorável às camadas mais privilegiadas das sociedades, em detrimento dos mais necessitados. Segundo o autor, na última década do século XX, os números dos que vivem na miséria aumentou em demasia, enquanto que a renda total do mundo elevou-se em média 2,5 por cento ao ano (p.32).

³ grifo no original.

⁴ As crises do México, da Rússia, da Argentina e a crise asiática, por exemplo.

O FMI, o Banco Mundial e a OMC dispõem de mecanismos de sanção sobre os estados, mas apresentam diferenças relevantes. O FMI e o Banco Mundial remontam aos acordos de Bretton Woods, sendo mais antigos que a OMC, criada na década de 1990. As duas primeiras organizações são controladas pelos seus membros mais poderosos, cujos votos têm mais peso, enquanto a OMC funciona com base no princípio da unanimidade, além de instituir leis internacionais que, muitas vezes, forçam mudanças na estrutura legal doméstica dos estados membros. Pela natureza de seus serviços e área de atuação, o FMI e a OMC têm maior poder de sanção sobre os estados do que o Banco Mundial, o qual também difere das outras duas organizações quanto à abertura para a participação da sociedade civil.

Uma das questões centrais nesta dissertação é a relação da Via Campesina com as agências de governança global, principalmente a OMC e a FAO. De acordo com Scholte (1998), a OMC é um exemplo proeminente do crescimento da governança supra-estatal no fim do século XX e início do século XXI.

A OMC é uma organização que veio substituir o Acordo Geral de Tarifas (GATT), criado em 1947 com a intenção de regular as negociações tarifárias entre os países signatários. Diferentemente do GATT, a OMC conferiu *status* institucional permanente à regulação transmundial do comércio, além de rapidamente ter se expandido, passando a incorporar, além de manufaturados, a regulação no comércio de produtos agrícolas e vários serviços.

Scholte (1998) destaca que, embora as operações e autoridade da OMC envolvam integralmente os estados, o regime global de comércio dispõe de certo grau de poder e considerável autonomia em relação aos estados, uma das razões é a força dos mercados globais e a outra, a prevalência da ideologia neoliberal que, como já vimos, é dominante na governança global da economia.

Apesar de a decisão de aderir à OMC ser facultativa aos estados, estes são constrangidos pelo contexto globalizado da economia a aderir ao regime e, ao fazerem esta opção, comprometem-se a alterar suas leis internas, regulações e procedimentos administrativos, para estar em conformidade com o regime comercial supra-estatal.

Embora a criação da OMC tenha favorecido os países ricos e poderosos e fragilizado, ainda mais, os estados fracos; até os Estados Unidos e o Japão já receberam veredictos desfavoráveis por parte da OMC, como, por exemplo, a

disputa em torno do algodão, travada entre o Brasil e os Estados Unidos, na qual, o Brasil saiu vitorioso.

3.1. Os movimentos sociais contra a globalização neoliberal

Percebemos, fundamentados em nossas leituras, que a consequência das políticas neoliberais prescritas pelas organizações econômicas multilaterais foi o agravamento do desnível social e o aumento do desemprego e da concentração de renda, em nível mundial, regional e local, o que contradiz a promessa neoliberal de redução de fome e da pobreza. Vários autores, como Gómez (2004), Scholte (1999, 2000, 2005), Della Porta (2005), Tarrow (2005) e Tilly (2005) alegam que estas são as principais razões que levaram à reação social mundial contra a globalização neoliberal.

Falando especificamente sobre o processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais, como já visto, a globalização neoliberal também é apontada como a principal motivação à intensificação deste processo, a partir do fim da década de 1980 (Edelman, Desmarais, 2002, Borrás, 2004).

Como já dito neste capítulo, a globalização não deve ser equacionada a neoliberalismo. Scholte (2002) e Gómez (2004) afirmam que a maioria dos chamados “novos movimentos sociais contra a globalização” agem contra a globalização neoliberal – que é uma opção política – e não contra a globalização em si. Globalização conceituada como “a reconfiguração da geografia social a partir de uma crescente conexão interplanetária entre as pessoas” (Scholte, 2005, p. 17) deve ser entendida como possibilidade à formação dos movimentos sociais transnacionais, inclusive porque os ativistas contra a globalização neoliberal sempre foram dependentes da conectividade transnacional – viagens aéreas, Internet, e telecomunicação – como qualquer tecnocrata ou executivo global.

Neste sentido, diz Scholte, os “protestos anti-globalização” deveriam ser definidos como “movimentos alter-globalização: pessoas que buscam alternativas que não o neoliberalismo, como princípio norteador para um mundo mais globalizado” (2002, p.17). Ou seja, pessoas que agem tendo como objetivo a criação de um outro modelo de globalização, baseada em outros princípios

ideológicos e outros objetivos políticos, diferentes do neoliberalismo, que é a base da governança global contemporânea.

O ativismo social em nível transnacional não é um fenômeno recente, mas apresenta, na era contemporânea, muitas diferenças relativamente às formas de ativismo transnacional, anterior à globalização. No período anterior à globalização, os ativistas tenderiam à articulação transnacional, motivados pela dificuldade de acesso a seus respectivos governos e tendo como meta, uma mudança no seu território e países⁵ (Keck e Sikkink, 1998).

Indo além desta diferença, o ativismo transnacional contemporâneo não forma um todo homogêneo, seus objetivos, metas, estratégias e formas de ação são variadas e, como visto, podem ser subdivididos em conformistas, reformistas, rejeicionistas e transformadores (Scholte, 2003). Deste conjunto, interessa-nos destacar aqueles que questionam a base da governança global da economia e visam a uma mudança na ideologia e condução destas políticas: os chamados movimentos sociais contra a globalização neoliberal, ou como denominado por Gómez (2004, p.322), o “movimento de movimentos”.

O “movimento de movimentos” é assim denominado por ser formado por novos e velhos movimentos sociais, ONGS e redes de ativistas, com os mais variados interesses, tendências político-ideológicas e capacidade e recursos organizacionais. Apesar do perfil heterogêneo, estes movimentos identificar-se-iam a partir da preocupação compartilhada com temas e questões associadas a dois eixos principais: “a transformação de todas as atividades humanas em mercadoria e a exigência da democracia frente ao poder fortalecido dos mercados” (p. 324).

Para Tarrow & McAdam (2005), a principal diferença entre a “primeira e a segunda geração de ativismo” estaria na ampliação da escala; há autores como Bennet (2005), que apontam uma mudança na estrutura organizacional, já para Scholte (1999), assim como para Gómez (2004), a principal diferença estaria na reconfiguração do espaço social.

⁵ Keck e Sikkink (1998) denominaram esta dinâmica de “Efeito Bumerangue”, por descrever um processo em que os ativistas formam uma rede transnacional de ativismo, visando gerar impactos, de fora para dentro, no seu respectivo estado. O objetivo seria influenciar outros estados ou organizações internacionais, para que estes pressionem o estado em questão, a empreender uma mudança política favorável àqueles que buscaram transnacionalizar-se.

Para Gómez, o movimento social alter-mundialista visa redesenhar a cartografia política contemporânea, ao buscar desenvolver alternativas políticas conjuntas, em nível transnacional. Este teria se desenvolvido em resposta a uma percepção coletiva (em nível mundial e a partir de vários pontos do globo), que a política territorial nacional mostrar-se-ia cada vez menos efetiva para lidar com as novas questões surgidas em razão da globalização.

De acordo com este autor, a origem do “movimento de movimentos” está relacionada a complexos processos históricos, de transformação estrutural, ocorridos ao longo das quatro últimas décadas, no capitalismo, política e cultura. No entanto, a sua origem imediata remontaria aos anos 1990 e ao aumento dos protestos contra as políticas econômicas neoliberais e as agências econômicas multilaterais.

O marco definidor para o seu surgimento não é consensual. Alguns autores consideram que a sua gênese tenha sido o protesto contra o *Acordo Multilateral de Investimentos*, em 1998, na França (Whitaker, 2004), ou ainda há os que apontam o *Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo* organizado pelo movimento Zapatista, em 1996, em Chiapas no México (Seoane & Taddei, 2001). Gómez (2004), além de outros autores, como Della Porta e Tarrow (2005), aponta o encontro da OMC realizado em Seattle, em 1999, como o marco na caracterização dos novos movimentos sociais de protesto.

Gómez considera os outros eventos apontados, como importantes antecedentes para que Seattle fosse possível, mas apresenta razões para considerar este como o marco do nascimento político do “movimento dos movimentos”. Em primeiro lugar, este evento, diferentemente dos outros, teria acontecido no “coração do Império”; em segundo lugar, teria mobilizado um número elevado de participantes, e em terceiro, teria conseguido uma vitória simbólica de peso, ao ter contribuído para que a rodada do milênio não fosse concluída neste encontro, como era pretendido.

A partir do “impulso cristalizador de Seattle” (p.324), teria sido inaugurada uma nova fase, caracterizada por uma maior capacidade de articulação e pela aceleração do ritmo de criação de campanhas e fóruns sociais em oposição à globalização neoliberal, em diversas cidades do mundo.

Em comparação ao ativismo das décadas de 1980 a 1990, que tendia a ser burocratizado e institucionalizado, a usar estratégias moderadas e a privilegiar a

especialização. Os novos movimentos sociais no início do século XXI adotam novas formas de organização com estruturas mais frouxas, girando em torno do tema da justiça social e adotando como principal forma de ação: os protestos, a ação direta e a desobediência civil (Della Porta & Tarrow, 2005).

Com relação à liderança, esta nova forma de ativismo adota como meta, a criação de organizações não autoritárias, não hierárquicas, anônimas, e não afeitas ao culto de personalidades (Della Porta, 2005; Dianni, 2005; Tarrow, 2005; Bennet, 2005).

Com relação à identidade, estes são movimentos includentes, sintonizados com uma época em que indivíduos descrentes da política tradicional vêem nesta forma de ativismo uma oportunidade de agir em pró da mudança social, sem o comprometimento com um partido político ou uma ideologia, mantendo o direito à sua identidade e individualidade. Esta nova forma de ativismo seria tolerante e inclusiva, considerando a diferença não como um problema, mas como uma vantagem. Conforme Della Porta & Tarrow (2005), movimentos sociais com as preocupações mais diversas, como a guerra, os direitos das mulheres, a proteção do meio-ambiente, a vida camponesa e outros, têm na oposição à globalização neoliberal e no tema “Justiça social global”, o amálgama que os une.

De acordo com Klein (2002), a maioria dos novos movimentos sociais trabalha com multi-questões: movimentos sociais em pró da preservação ambiental associam o tema da agressão ao meio-ambiente ao imperialismo econômico, e ambos, à guerra no Iraque. Movimentos anticorporativos associam o consumo à exploração de mão de obra no terceiro mundo, à agressão ao meio-ambiente e ao imperialismo econômico. Os objetos destes movimentos não são apenas institucionais, eles lutam contra um modelo econômico, identificado com a globalização neoliberal e contra um modelo de desenvolvimento excludente.

Como colocado por Della Porta & Tarrow (2005), isto gera redes transnacionais mais frouxas, organizadas em torno de conjunto de campanhas específicas, que fazem uso de uma variedade de formas de protestos, adotados e adaptados a partir da tradição de diferentes movimentos sociais. Como exemplo, podemos citar a rede mundial “*Our World is not for sale*” (da qual a Via Campesina faz parte), definida como: “uma rede formada por organizações, ativistas e movimentos sociais, comprometidos com desafiar os acordos de comércio e investimento que preconizam os interesses das maiores corporações

mundiais, em detrimento das necessidades dos povos e da preservação ambiental”.
(www.ourworldisnotforsale.org)

Os principais alvos destes movimentos sociais são: os Estados Unidos da América; as agências econômicas multilaterais, como o FMI e a OMC; os acordos regionais, como a NAFTA e a ALCA; as grandes corporações transnacionais, como a Coca-cola, o McDonalds, a Nike, a Shell e a Monsanto, e os estados que cedem à pressão destes agentes (Klein, 2002).

Com relação à estrutura organizacional, esta nova forma de ativismo não é organizada exclusivamente em torno de movimentos sociais transnacionais, está baseada no local e no global, agindo simultaneamente nos vários níveis de governança (Eschle & Stammers, 2004, Della Porta & Tarrow, 2005).

O repertório de ação desta nova geração de ativismo transnacional é marcado pela propensão a “levar às pessoas para a rua” (Della Porta & Tarrow, 2005, p.12) para protestar, em contraste com a geração de ativismo anterior, que tinha uma tendência mais moderada. Os protestos são combinados com campanhas educacionais – que tem como objetivo educar a opinião pública sobre os efeitos nocivos da globalização neoliberal – , apresentações cômicas e outras estratégias, originais e criativas, que garantem espaço na mídia, percebida como uma importante ferramenta para a divulgação e propagação da mensagem para o maior número de pessoas. Pode-se considerar que a visibilidade de suas ações e demandas tenha contribuído positivamente para que conquistasse, também, o respeito de políticos e tecnocratas ligados às agências de governança global.

Como colocado por Gómez (2004), a repercussão e legitimidade social crescentes das manifestações de massa, conferências, foros alternativos e campanhas específicas favoreceram que, apesar da disparidade de forças, este movimento tenha conquistado o reconhecimento político do próprio *establishment* econômico e político mundial.

Em complemento a todas estas colocações, pensamos ser importante não mistificar esta nova forma de ativismo, fazendo-a parecer intrinsecamente positiva. De acordo com Gómez (2004), há problemas e dificuldades enfrentadas pelo “movimento de movimentos” que, pelo nosso entendimento, refletem estruturas sociais pré-existentes e revelam a ocorrência de relações de poder e hierarquia, como os presentes em formas tradicionais de ação política.

Como colocado pelo autor, a maioria destas associações, redes e coalizões são formadas por homens, de classe média, com alto grau de escolaridade e oriundos de países desenvolvidos. Além deste problema de representatividade, há tensões entre os níveis nacional, local e global de ativismo que necessitam estar constantemente sendo negociados, assim como precisam ser superadas certas relações de poder e diferenças, associadas às origens (Norte ou Sul global) e formas organizacionais (ONGs, movimentos sociais, coalizões, alianças, etc.) das associações que compõem o “movimento dos movimentos”. Outra questão a ser enfrentada seria a divergência estratégica quanto à melhor forma de enfrentar os desafios impostos pela globalização. Certos movimentos defendem a ruptura com o sistema, enquanto outros acreditam em uma reforma institucional.

Fora estas questões de relacionamento entre os movimentos sociais, há outras ainda mais delicadas, associadas ao perfil e características dos movimentos em si. Muitas destas associações são sujeitas à crítica por sofrerem problemas internos de legitimidade, transparência e democracia, ou estabelecerem relações ambíguas com firmas, estados e instituições internacionais.

Consideramos as questões levantadas por Gómez (2004) fundamentais. E, portanto, pretendemos abordá-las ao longo da análise da formação e processo de consolidação da Via Campesina, assim como, na avaliação de suas campanhas e estabelecimento de alianças estratégicas com outros atores.

3.2.

A OMC impõe-se sobre a FAO: o papel da OMC na governança global da agricultura

De acordo com Delgado e Maluf (2002), a Rodada do Uruguai produziu duas políticas especialmente relevantes para os grupos sociais rurais – especialmente para os agricultores familiares – tanto dos países desenvolvidos quanto para os dos países em desenvolvimento: a criação da OMC e a aprovação do Acordo sobre Agricultura (AoA), que constitui o Anexo IA do ato de Marrakesh de 15 de abril de 1994.

Os autores vêem como as principais motivações à criação da OMC, a perda da importância das negociações tarifárias, em decorrência do crescente uso de

barreiras não tarifárias ao comércio, a partir da década de 1970, somada à crise agrícola mundial. A qual, de acordo com Edelman (2003), estaria inserida em um contexto de crise mais amplo, que envolve a crise do petróleo, o aumento nas taxas de juros, as políticas monetárias para conter a inflação e a falência do sistema de Bretton Woods; o que culminou no abandono do controle de capital e das taxas fixas de câmbio.

No entender destes autores, a crise agrícola intensificou as disputas comerciais entre os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia, levando as duas partes a pressionarem em favor da criação de uma organização mais poderosa e mais equipada do que o GATT, (do ponto de vista técnico, jurídico e financeiro). E a agirem em favor da retomada da proposta multilateralista da Organização Internacional do Comércio (OIT), que nunca chegou a ser criada, em razão da não ratificação da Carta de Havana pelo congresso norte-americano.

O Acordo sobre Agricultura (AoA) da Rodada do Uruguai teve duas orientações básicas. A primeira, e principal preocupação do acordo, era com a queda de barreiras governamentais à circulação de bens e serviços, incluindo a liberalização do comércio agrícola, pensada de forma indiscriminada, desconsiderando-se o nível de desenvolvimento econômico dos países. A segunda orientação recomendava que os compromissos e regras, a serem formulados em relação aos limites aos subsídios agrícolas, obtivessem o consenso dos dois principais atores: os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia.

A agricultura é uma questão delicada para os estados e chegar a um consenso nesta questão não foi (como ainda não é) simples. O que levou Soares (2004) a considerar que o longo tempo de negociação da Rodada do Uruguai, iniciada em 1986 e concluída em 1995, teria sido exatamente pela dificuldade de os estados chegarem a um acordo acerca deste tema.

O acordo final, apesar de suas disposições reformistas em relação ao acesso a mercado, ao apoio doméstico e aos subsídios à exportação, teria resultado muito mais favorável aos países desenvolvidos, do que aos demais, pois manteve as políticas domésticas dos Estados Unidos e da União Européia “não só generosamente afastadas das intenções reformistas, como acabou legitimando seu caráter protecionista através da introdução das chamadas ‘caixas’ de políticas,

complementadas pelo patético Artigo 13, da ‘Devida Moderação’” (Delgado e Maluf; 2002. P.9).

Flores e Almeida (2002) colocam que as mudanças implementadas pela política agrícola da OMC beneficiaram principalmente as grandes empresas transnacionais, em detrimento de outros atores sociais – como os sindicatos de camponeses e trabalhadores. Isto seria devido à mudança no direcionamento da política agrícola dos estados, a qual passou a ser definida segundo regras que prescrevem: o fim dos subsídios agrícolas, a liberalização dos mercados e a exportação, tendo como objetivo principal, a liberalização total da agricultura.

De acordo com Delgado e Maluf, não surpreende que a maioria dos estudos realizados por OIGs, ONGs e instituições universitárias apontem, em suas análises, que a implementação dos Acordos sobre Agricultura teve conseqüências negativas tanto para os agricultores familiares dos países subdesenvolvidos quanto para os de países em desenvolvimento.

Esta é a mesma conclusão a que chegam Desmarais (2003), Edelman (2003) e Borrás (2004). Segundo estes autores, as conseqüências negativas dos Acordos sobre Agricultura não ficaram restritas aos pequenos agricultores dos países menos desenvolvidos, pois os subsídios concedidos na União Européia e os incentivos dados a agricultores nos Estados Unidos são direcionados ao agro-negócio e não ao pequeno produtor, camponês, ou agricultor familiar.

De acordo com as análises feitas pelo CETIM (2002), as conseqüências das políticas liberalizantes da OMC são gravíssimas, indo dos deslocamentos forçados – um fator que gera ainda mais pobreza – ao suicídio de camponeses e agricultores. Esta problemática já não é mais exclusividade do Terceiro Mundo, sendo uma situação igualmente dramática no Canadá, Estados Unidos, África, Ásia, Caribe e América Latina (CETIM, 2003). O que leva líderes da Via Campesina (2000), Desmarais (2003), Edelman (2003) e Borrás (2004), a afirmarem que esta situação foi que motivou a formação da Via Campesina: uma organização de caráter mundial que agrega grupos de camponeses e pequenos agricultores da Europa, América do Norte, América Latina, América Central, Ásia e África.

Qual o posicionamento da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) diante das políticas liberalizantes prescritas pela OMC?

De acordo com Curtis (2006), a FAO condena as políticas liberalizantes da OMC, sob a alegação de que esta política prejudicou principalmente os países menos

desenvolvidos, dentre os quais os mais atingidos seriam: Guiné, *Malawi*, Nigéria, Filipinas e Tanzânia. A FAO afirma que, desde a implementação destas políticas, os países menos desenvolvidos aumentaram o volume de importação e reduziram o de exportação, principalmente por conta do dumping, ou seja, a importação de produtos agrícolas que, por terem sua produção subsidiada, podem ser exportados a um valor abaixo do custo real de produção. No período entre 1984 e 2000, a FAO identificou o número elevado de 1.217 casos de sucessão⁶ de importações em apenas 8 mercadorias em 28 países em desenvolvimento (Curtis, 2006).

Diante destas afirmativas, somos levados a pensar que o fim dos subsídios agrícolas seria uma demanda da Via Campesina, mas ao analisarmos vários de seus documentos e declarações, constatamos que a rede não se opõe ao subsídio agrícola, mas defende o seu redirecionamento.

O problema, segundo a rede, seria o fato de os subsídios serem concedidos, prioritariamente, ao agronegócio voltado à exportação, fator que favorece o *dumping* e prejudica os produtores rurais do país de destino, que não tem como competir em pé de igualdade e perdem o acesso ao seu mercado interno. A Via Campesina entende que, em função dos desafios impostos pela liberalização da agricultura, os estados precisam desenvolver políticas públicas de apoio ao pequeno agricultor, (dentre elas, o subsídio à agricultura voltada ao mercado interno), sob o risco de, extinguindo as políticas sociais, gerar uma cadeia de problemas, como a migração que aumenta os níveis de desemprego nos centros urbanos e leva ao agravamento da pobreza e outros problemas correlatos como a prostituição.

Verificamos ser fato que, mesmo nos países desenvolvidos, a maioria dos subsídios não é concedida aos pequenos produtores rurais, mas às fazendas monocultoras de produção em larga escala e às grandes corporações. Como exemplo, trazemos a mega-empresa inglesa Tate & Lyle, que recebe a média de £120 em subsídios ao ano. O principal fator responsável pela empresa ter sido capaz de comercializar açúcar, no mercado africano, a um preço mais baixo do que o praticado pelos produtores locais, apesar de a África ter a mão de obra mais barata do mundo e ser um dos maiores produtores desta *commoditie* (Sharman, 2005).

A partir destas considerações, pode-se depreender que esta realidade tornou possível que, em uma marcha de solidariedade contra a OMC em Hong-Kong,

⁶ O que significa que o volume de bens importados aumenta bruscamente, ou que os preços de importação baixam bruscamente.

estivessem presentes camponeses norte-americanos, como Ms. Dena Hoff, representante da Coalizão Nacional de Famílias Camponesas (NFFC), dos Estados Unidos, lutando pelos mesmos ideais que camponeses europeus, apesar de seus respectivos governos estarem se digladiando no fórum oficial, em defesa de políticas opostas, como publicado (Via Campesina, 2005a).

Além das mudanças relacionadas ao comércio agrícola internacional, a nova organização passou a responsabilizar-se pela negociação de temas, como serviços e investimentos e Direitos de Propriedade Intelectual (TRIP), até então sob a competência de outros organismos multilaterais.

Antes da Rodada do Uruguai, as leis sobre propriedade intelectual seriam questões resolvidas em nível doméstico, mas a introdução do acordo de Propriedade Intelectual (TRIPS) tornou este, mais um tema de competência da OMC. De acordo com as novas regras, tornou-se mandatário para todos os estados (inclusive os em-desenvolvimento) estender os direitos de propriedade intelectual às variedades de plantas e sementes, o que gerou impactos muito fortes na agricultura destes países. A proteção da propriedade intelectual, como estipulado pela TRIPS, pode ser aplicada de forma muito ampla, o que permite o monopólio sobre gens individuais e características individuais de plantas, o que implica na perda do direito do agricultor sobre as sementes (Actionaid, 2003).

Um estudo realizado por economistas do Banco Mundial (Actionaid, 2003, p.3) afirma que os custos da implementação das TRIPS, para os países em desenvolvimento, são extremamente altos. O Banco estima que a perda total seja da ordem de 10,1% do PIB da Coréia do Sul, 1,4% do PIB da China e 0,6% do PIB da Índia. O estudo conclui que a implementação da TRIPS desloca recursos, já limitados, de áreas prioritárias para o desenvolvimento, como agricultura, saúde e educação, para resolver uma questão de harmonização legal que, de início, beneficia apenas as multinacionais.

Todas estas constatações levam-nos aos seguintes questionamentos: a quem interessa a liberalização da agricultura? A quem interessa a propriedade intelectual sobre as sementes? E, sob que argumentos esta política é sustentada? As três questões estão relacionadas à discussão em torno das soluções para acabar com a fome mundial.

Segundo a FAO, a erradicação da fome é preocupação central para a organização. E apesar de reconhecer que as políticas liberalizantes da OMC

prejudicam os mais pobres – sejam países ou estratos sociais –, por não estabelecer medidas justas de comércio internacional, a FAO viria adotando um discurso, cada vez mais alinhado com a OMC. E um dos principais argumentos a sustentá-lo seria o de que a fome é uma questão de produção e não de distribuição.

Tanto a FAO (2004) quanto a OMC (2005) divulgam a crença que para acabar com a fome no mundo é necessário que se produzam mais alimentos. Entretanto, como viemos a perceber, o verdadeiro problema na atualidade não está relacionado à escassez de alimentos, mas à superprodução, à crescente concentração dos recursos produtivos e ao dumping. A partir de nossa pesquisa, inferimos que estas questões são inter-relacionadas e estão vinculadas à seguinte questão: a quem interessa esta abordagem?

De acordo com Curtis (2006), o aumento da produção somado à exportação a baixo custo beneficia, prioritariamente, as grandes corporações do agronegócio, além de ser uma solução para o escoamento dos excedentes agrícolas produzidos na União Européia e nos Estados Unidos.

Se analisarmos a evolução da situação da fome mundial, somos levados a concluir que se o problema fosse exclusivamente de produção, já não deveria mais haver fome no mundo. Conforme a FAO, são necessárias 1.900 calorias diárias, por pessoa e, de acordo com dados oficiais da ONU, se houvesse uma correta distribuição dos alimentos, cada pessoa teria acesso a 2.800 calorias ao dia; ainda de acordo com dados da FAO, existem alimentos suficientes para prover em torno de 2 kg de comida diária por pessoa, dos quais 1,1 kg de cereais, 450 g de carne, leite e ovos e mais 450 g de frutas e verduras (Andrioli, 2003).

Um dos principais objetos desta dissertação é a análise da campanha Sementes contra a liberação e adoção da agricultura transgênica e contra as grandes corporações transnacionais produtoras e comerciantes de sementes transgênicas. No *SOFA 2004*, a FAO (2004) defende que a agricultura tradicional sozinha não vai dar conta de atender o crescimento da demanda por alimentos nos próximos 50 anos, e apresenta a agricultura transgênica como solução para a fome no mundo, principalmente no que se refere aos países pobres.

O que nos leva a considerar que o discurso defendido por estas instituições seria conveniente, também, para os grandes produtores de sementes: o primeiro elo da cadeia de produção alimentar. Os quais lucram mais com as grandes

plantações monocultoras (principalmente de grãos) voltadas à exportação, do que com as pequenas produções rurais, voltadas ao mercado interno.

Como veremos a seguir, o mercado de sementes está intimamente relacionado ao processo de dominação dos grãos na alimentação mundial e à concentração de recursos produtivos e cadeias de produção de *commodities*, que teve início já na década de 1970, com a Revolução Verde.

De acordo com Edelman (2003), paralelo à crise agrícola de 1970, teria ocorrido uma grande concentração de recursos produtivos e cadeias de produção de *commodities* na mão de poucas mega-empresas, as quais passaram a controlar todas as fases de produção – do campo à mesa – incluindo o processamento, armazenamento, intermediação e exportação. A liberalização da economia somada à superprodução agrícola nos Estados Unidos e Europa teria levado à ampliação de mercados e à queda de preços de *commodities* como grãos, sementes oleaginosas e algodão, o que teria favorecido a união de grandes corporações transnacionais, como Cargill, ConAngra e Archers Daniel Midland, que logo formaram um monopólio, controlando a produção e definindo os preços em nível internacional.

As patentes sobre as sementes bloqueiam a competitividade por 20 anos, permitindo ao seu detentor estipular o preço de mercado para o produto patenteado (Actionaid, 2003). De acordo com estudos realizados por esta mesma ONGI, o uso de sementes patenteadas, e animais e plantas geneticamente modificadas faria com que os pequenos produtores ficassem dependentes das grandes corporações, o que pode levar a mudanças fundamentais na forma como a agricultura é praticada nos países em desenvolvimento, estimulando o crescimento do agronegócio, em prejuízo das pequenas produções rurais, da agricultura familiar e levando à perda de biodiversidade.

A ETC Group (2005) realizou, entre os anos de 2004 e 2005, um estudo sobre o mercado mundial de sementes. De acordo com o resultado desta análise, este mercado encontra-se hoje nas mãos de apenas dez empresas⁷, que controlam 49% do mercado mundial de sementes, o que correspondeu a um faturamento da ordem de US\$21 Bilhões a/a, formando um verdadeiro monopólio (ver tabela 1, na página 67).

⁷ Segundo a Actionaid (2003, p.2), seriam 6 as multinacionais que detêm 70% das patentes das principais sementes agrícolas.

A análise específica do setor de sementes geneticamente modificadas concluiu que as pesquisas, produção e comercialização de sementes transgênicas estão nas mãos de apenas três empresas: a Monsanto, a Dupont e a Syngenta, as mesmas empresas líderes no mercado de pesticidas, cujo faturamento neste mesmo período foi da ordem de \$35,400 milhões a/a.

Estes dados alertam para uma questão grave, de natureza estratégica: a perda de Soberania Alimentar dos estados. Como colocado pela ETC Group (2005) e pela Actionaid (2003): o controle corporativo e a propriedade das sementes têm implicações muito sérias para a segurança alimentar global. Pois os estados tornam-se dependentes de empresas privadas, que respondem apenas a seus acionistas, tomando as decisões que lhes são mais convenientes e não as que levam em conta a segurança alimentar.

Companhia	vendas de sementes (milhões)
1 Monsanto (EUA) + Seminis (adquirida pela Monsanto em 03/2005)	\$2,277 ¹ + \$526 pro forma = \$2,803
2 Dupont /Pioneer (EUA)	\$2,600
3 Syngenta (Suíça)	\$1,239
4 Grupo Limagrain (França)	\$1,044 ²
5 KWS AG (Alemanha)	\$622 ³
6 Land O'Lakes (EUA)	\$538 ⁴
7 Sakata (Japão)	\$416 ⁵
8 Bayer Crop Science (Alemanha)	\$387 ⁶
9 Taikii (Japão)	\$366 ⁷
10 DLF-Trifolium (Dinamarca)	\$320 ⁸
11 Delta & Pine Land (EUA)	\$315

Tabela 1: As 10 maiores companhias de sementes +1. (ECTGroup, 2005, p. 3)

De acordo com a Via Campesina, a adoção da tecnologia transgênica na agricultura, em nível mundial, tornaria esta questão ainda mais grave, pois a semente tradicional é um bem de domínio público, enquanto que a semente transgênica é protegida por patentes, concentradas na mão de poucos atores não estatais.

O controle corporativo das sementes, agravado com a disseminação da agricultura transgênica, remete-nos à campanha Sementes, objeto desta dissertação. Esta campanha será vista em detalhes no capítulo à ela dedicado, mas por hora vale lembrar que seu objetivo principal é lutar para que a agricultura transgênica não seja legalizada em nível mundial e nem seja adotada como a solução para a fome no mundo, como desejam a FAO e a OMC.

Andrioli (2003) nos alerta que através do controle das sementes as grandes corporações também podem controlar a produção de alimentos, o que será produzido, os insumos que serão utilizados e onde os alimentos serão comercializados. Ele chama atenção para a perda de biodiversidade agrícola em função da expansão de monoculturas, principalmente de grãos. Segundo o autor, a concentração de terras associada ao incentivo à agricultura de exportação, tem contribuído para a redução da produção de alimentos básicos como: feijão, arroz e mandioca, e favorecido a expansão das monoculturas como: soja, cacau e algodão.

A consequência provável, segundo o autor, é que a agricultura fique ainda mais cara e o acesso dos pobres ao alimento ainda mais difícil, pois as causas da fome: a pobreza, a desigualdade e a falta de acesso aos meios de produção não serão modificadas através da introdução dos transgênicos; pelo contrário, a adoção desta tecnologia poderá ocasionar maior concentração de terras, maior êxodo rural e maior exclusão social dos pequenos agricultores.

Fomos levados a inferir que a concentração de terras e a expansão de monoculturas estão intimamente relacionadas à produção e comercialização de sementes e curiosamente o mercado mundial de sementes de soja e algodão está nas mãos da Monsanto (ETC Group, 2005).

A seguir, apresentaremos um breve histórico do crescimento desta transnacional, que consideramos ser o melhor exemplo do processo de concentração do mercado de sementes durante o século XX e início do século XXI.

De acordo com o publicado no sítio eletrônico da transnacional, a Monsanto (2005) foi criada em 1900, voltada à fabricação da Sacarina. Em 1945 começa a produzir e a comercializar produtos agroquímicos e já na década de 60, inicia a produção do herbicida *Ramrod*, hoje líder no mercado. Em 1975, a empresa dá início a um programa de pesquisa biológica de células em sua divisão agrícola e já na década de 80, a biotecnologia começa a ser o foco da empresa. A Monsanto é a

pioneira nas pesquisas com modificação genética de células de plantas e, em 1982, compra a Jacob Hartz Seed Company, empresa de sementes de soja.

A Monsanto é hoje uma empresa transnacional presente em 46 países, distribuídos pelos 5 continentes. Na década de 90, a empresa consolidou-se como líder na área de biotecnologia para o agronegócio e, em 1994, começou a comercializar o primeiro geneticamente modificado da empresa, o Posilac, produto voltado para o gado leiteiro. Em 1996, a Monsanto adquire participação na Calgene, empresa da área de biotecnologia, e em 1997 adquire a divisão de sementes da Asgrow, encerrando neste mesmo ano as suas atividades no setor químico e de fibras, com a venda da Solutia Inc. Nos anos de 1997 e 1998 a empresa começa a comercializar o milho transgênico Yield Gard, e o milho transgênico Roundup Heary.

Em 2005, o herbicida Roundup é o líder no mercado e os milhos transgênicos Yield Gard e YieldGard Plus conseguem aprovação para comercialização nos EUA. Ainda em 2005, a Monsanto anuncia a aquisição da Seminis, empresa de sementes de frutas e verduras e da Emergent genetics Inc., empresa de sementes de algodão, consolidando-se como a transnacional líder da biotecnologia voltada ao agronegócio, dominando o setor de sementes geneticamente modificadas e de herbicidas.

Conforme mostram os dados da tabela 2, a Monsanto domina o cultivo de transgênicos do mundo.

Tipo de cultivo	acres (mundial)	acres (Monsanto)	% Monsanto
Soja transgênica	119,5 milhões	109,0 milhões	91%
Milho transgênico	47,7 milhões	46,4 milhões	97%
Algodão	22,2 milhões	14,1 milhões	63,5%
Canola transgênica	10,6 milhões	6,3 milhões	59%

Tabela 2: Relação entre a área mundial total plantada por cultivos transgênicos e o percentual de área plantada com sementes da Monsanto. De acordo com a ETC Group, estas estatísticas foram produzidas com base nas seguintes fontes: Monsanto e ISAA. (ETC Group, 2005, p. 3).

Ainda de acordo com a ETC Group (2005), a Monsanto também domina o mercado global de sementes tradicionais. A empresa controla 41% do mercado mundial de milho; 25% do mercado de sementes de soja; e em abril de 2005,

adquiriu a Emergent Genetics, a terceira maior companhia de sementes de algodão na Índia, passando a controlar 10% do mercado de sementes de algodão, neste país, e 12% deste mesmo mercado, nos Estados Unidos.

Com a aquisição da Seminis, em 2005, a Monsanto entra em um novo mercado – o de sementes de hortaliças – em posição dominante, porque passou a ser a detentora das marcas: *Royal Sluis*, *Petoseed*; *Bruinsma*; *Asgrow* e a *Vegetable Seeds*, e a ser a responsável pelo abastecimento de mais de 3.500 variedades de sementes de frutas e hortaliças, antes a cargo da Seminis.

Feijão	31% do mercado global de sementes
Pepino	38% do mercado global de sementes
Pimenta	34% do mercado global de sementes
Pimentão	29% do mercado global de sementes
Tomate	23% do mercado global de sementes
Cebola	25% do mercado global de sementes

Tabela 3: Mercado mundial de sementes controlado pela Monsanto / Tipo de Cultivo (ETC Group, 2005, p. 3)

Pode-se considerar que os dados expostos sejam suficientes para comprovar que o mercado mundial de sementes é um monopólio. E que, se a agricultura transgênica for adotada como a solução para a fome no mundo, o mercado mundial de sementes passará a ser controlado por apenas três empresas ou, dependendo da expansão da Monsanto, por apenas esta corporação transnacional. Perspectiva que comprometeria seriamente a soberania alimentar dos Estados e a sobrevivência dos camponeses e pequenos agricultores do mundo todo, como ilustram alguns exemplos apresentados a seguir.

Segundo uma pesquisa, sobre o cultivo de algodão na Índia, realizada pela Actionaid (2003), os agricultores que plantaram sementes transgênicas tiveram uma perda na ordem de 1295 rúpias por acre, enquanto que os que plantaram o tipo tradicional tiveram um retorno de 5368 rúpias por acre. Além deste fator, os agricultores, que cultivaram o algodão transgênico, teriam gastado com as sementes, 15% do custo total da produção, enquanto que os que escolheram plantar as sementes tradicionais tiveram um gasto com sementes da ordem de

apenas 5%. Ainda de acordo com a mesma fonte, vários agricultores do Canadá estão sendo tratados como criminosos, ao serem processados pela Monsanto, com base no desrespeito ao direito de propriedade intelectual (IPR).

A ameaça à saúde humana e ao meio-ambiente são outras questões que devem ser consideradas. De acordo com uma análise feita pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a intensidade das pesquisas na área de agro-biotecnologia diminuiu em função da concentração e do monopólio das sementes transgênicas nas mãos de tão poucas empresas. O que nos leva a crer que a liberação prematura do plantio e consumo dos transgênicos, associada ao monopólio da pesquisa, produção e distribuição das sementes transgênicas, pode levar à estagnação da pesquisa desta tecnologia, ao invés de levar ao desenvolvimento de um produto ainda mais seguro (ETC Group, 2005).

Imaginamos que os exemplos e considerações aqui expostos colaborem para a compreensão das motivações que levaram uma rede de movimentos sociais formada por camponeses e pequenos agricultores, como a Via Campesina, a ter como duas de suas principais preocupações, a retirada das negociações sobre agricultura e Propriedade Intelectual “sobre formas de vida” da competência da OMC e a luta para que a agricultura transgênica não seja legalizada e adotada como solução para a fome no mundo.